

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERA

Gabinete da Deputada APLETE SAMPAIO

901/2019

(Da Deputada ARLETE SAMPAIO)

INDICAÇÃO NIND

Sugere ao Governador do Distrito Federal proceder à efetivação do disposto no art. 3º da Resolução nº 01 do Conselho Nacional de Assistência Social — CNAS, de 21 de fevereiro de 2013, no sentido de registrar e priorizar a inclusão no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos — SCFV crianças e adolescentes dependentes de mulher em situação de violência doméstica e familiar.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art 143 de seu Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal proceder, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, à efetivação do disposto no art. 3º da Resolução nº 01 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, de 21 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, no sentido de registrar e priorizar a inclusão no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV crianças e adolescentes dependentes de mulher em situação de violência doméstica e familiar.

JUSTIFICAÇÃO

Setor Protocolo Legislativo

Lud Nº 1901 / 2019

Folha Nº 01 Setu

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, conforme disposto no art. 2º da referida Resolução, é um serviço de proteção social básica realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade social.

Os índices de violência contra as mulheres no Brasil em geral e, no Distrito Federal, em particular são assustadores, a despeito da aprovação da Lei Maria da Penha (Lei federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006). Para agravar ainda mais essa situação de violência, o próprio núcleo familiar é atingido diretamente, colocando em



a Legislativa



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



Gabinete da Deputada ARLETE SAMPAIO

risco os dependentes das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, como filhos e filhas.

Daí a importância do disposto na art. 3º da Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2013, no sentido de priorizar a inclusão no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV de crianças e adolescentes, oferecido pela Secretaria responsável pela política pública de Assistência Social, atualmente Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, executados nos Centros de Convivência ou nas organizações da sociedade civil parceiras.

Porém, essa política não vem sendo executada de forma adequada – o que requer de Vossa Excelência um olhar de atenção aos dependentes (crianças e adolescentes, filhos e filhas) de mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres colegas para **APROVAR** a presente **INDICAÇÃO**, que sugere ao Governador do Distrito Federal proceder, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, à efetivação do disposto no art. 3º da Resolução nº 01 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, de 21 de fevereiro de 2013, no sentido de registrar e priorizar a inclusão no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV crianças e adolescentes dependentes de mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Sala das Sessões, em

de

de 2019.

Deputada ARLETE SAMPAIO Partido dos Trabalhadores

Setor Protocolo Legislativo Lud Nº 1901 / 2019 Folha Nº o J By G



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA LEGISLATIVA

DISTRIBUIÇÃO DE INDICAÇÃO

Ao Setor de Protocolo Legislativo – SPL para as devidas providências e, em seguida, ao Setor de Apoio às Comissões Permanentes – SACP, para encaminhamento para análise de mérito.

Lucas Demetrius Kontoyanis Assessor Especial			
		E	Em 08/08/2019 14:19
		СТМИ	
X	CDDHCEDP (art. 67/RICLDF)	CFGTC (art. 69-C/RICLDF)	
	CDC (art. 66/RICLDF)	CDESCTMAT (art. 69-B/RICLDF)	
	CAS (art. 65/RICLDF)	CSEG (art. 69-A/RICLDF)	
	CEOF (art. 64/RICLDF)	CESC (art. 69/RICLDF)	
	CCJ (art. 63/RICLDF)	CAF (art. 68/RICLDI	F)

Setor Protocolo Legislativo Jud Nº 1901 / 2019 Folha Nº 03 Beta